

A POSSE DE TERRAS NO BRASIL ATRAVÉS DOS SÉCULOS E A IMPORTÂNCIA DO MST NA LUTA PELA JUSTIÇA SOCIAL NO CAMPO

Bruna Barisson Silvério, Fabiana Felix do Amaral e Silva

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, bruna.bsilverio@gmail.com, fabiana.amaral@univap.br

Resumo

Este artigo analisa o impacto da consolidação do sistema latifundiário no Brasil através de uma revisão histórica e documental, na qual é examinado o desenvolvimento histórico brasileiro desde a colonização até os dias atuais. Esse estudo também examina o efeito do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que nasceu em resposta à crescente desigualdade social, formado por trabalhadores rurais, camponeses, pequenos agricultores, posseiros e agricultores familiares que combatem a estrutura estabelecida através da democratização da reforma agrária, buscando a reforma universal. No centro dessa análise está o conflito entre a dimensão da propriedade privada, calcada no patrimonialismo, e a reforma agrária, que promove a aplicação da função social da terra. Os resultados apontam a necessidade da luta pela reforma agrária e o papel das políticas que favorecem as elites agrárias na manutenção do sistema que permite a concentração fundiária, tensionado pelas lutas do MST pela redistribuição de terras e a justiça social, que continuam sendo desafios na realidade brasileira atual.

Palavras-chave: MST. Território. Reforma agrária. Patriarcalismo. Democratização.

Área do Conhecimento: Ciências sociais aplicadas.

Introdução

Em 1494 o Tratado de Tordesilhas definia que o Brasil seria posse de Portugal. Devido a falta de conhecimento dos portugueses sobre o controle e cultivo de terras tão extensas em 1534 foi implantado o recurso sesmarial em território brasileiro, sistema esse que permitia aos donatários o direito de usufruir da terra, cobrar e doar lotes não cultivados e escravizar indígenas, o que mais tarde se mostraria a principal causa dos latifúndios que perduram até hoje no Brasil. O objetivo dos colonizadores portugueses com a implantação das sesmarias era a de cultivar terras, dividir a administração colonial e povoar o novo território, legitimando então a apropriação dessas terras.

Após 16 anos surge o governo geral, objetivando o desenvolvimento econômico colonial, administrar e proteger as terras brasileiras e inserir os indígenas na população através de catequeses e missões jesuíticas. Além de ter agora a possibilidade da divisão dos diversos setores necessários, como o jurídico, financeiro, organizacional, militar e de defesa. O governo geral só seria abolido quando então em 1808 a família real portuguesa chegasse ao Brasil.

As capitanias hereditárias impulsionaram o crescimento das vilas das quais, algumas, se transformariam em estados brasileiros ainda orquestrados pelas mesmas famílias que receberam as capitanias hereditárias ocorrido no período regencial posteriormente, sua manutenção possibilitada pelo coronelismo.

O coronelismo, que se deu entre 1889 e 1930, era caracterizado pelo poder econômico e controle local exercido pelos coronéis por meio de violência, chantagem e troca de favores. Esse sistema incluía o clientelismo, currais eleitorais e o voto de cabresto, onde eleitores eram forçados a votar em candidatos apoiados pelos coronéis, sob ameaça de violência. Esse controle manteve o poder nas mãos das elites e permitiu fraudes eleitorais, com apoio do governo federal em troca de benefícios. O título de coronel era comprado, garantindo status militar e social às elites, essas que somente teriam condições de alcançar a posse desses títulos por meio da herança familiar dos donatários das capitanias hereditárias.

O projeto da lei de terras entra no Parlamento em 1843, parlamento esse que era composto em sua maioria por senhores de terras, mas somente em 1850 o imperador Dom Pedro II assinou a lei, por meio da qual o país oficialmente organizaria sua zona rural em latifúndios. Seus principais argumentos para essa organização eram pautados na suposta incapacidade dos pequenos camponeses em enfrentar os indígenas se a eles fossem confiadas as posses das terras, ao contrário dos grandes proprietários de terras, pois alegavam que esses conseguiriam lidar com os prejuízos causados e gerariam lucro ao país. Porém a lei propositava de fato a resolução de dois problemas fundamentais, a imigração de trabalhadores livres, dada a iminência do fim da escravidão e a regulamentação da propriedade da terra, como disposto na lei referida, “L0601-1850”, [s.d.].

Em 1889 ocorre a Proclamação da República surgindo a figura do presidente. Na mesma época ocorreu o crescimento da exportação do café brasileiro como sendo o maior produtor e exportador de café advindo principalmente dos latifúndios paulistas, que junto com os fazendeiros de Minas, que dominavam a produção leiteira revezavam a presidência do país, sistema esse que fortaleceu cada vez mais a figura do coronel. A política do café com leite, como ficou conhecida, só foi findada em 1930 com a era Vargas, que durou até 1945.

O coronelismo juntamente com as tradições patriarcais e o arcaísmo da estrutura agropecuária do interior do Brasil resultaram no que hoje são 56,7% das terras agricultáveis serem latifúndios. Segundo o MST - Movimento Sem Terra - o maior latifúndio do mundo está localizado no Pará, com 4,5 milhões de hectares pertencentes ao grupo CR Almeida, enquanto 4,8 milhões de famílias estão à espera de chão para plantar, como disposto no artigo “Hoje” do MST.

Os movimentos por terra no Brasil começaram no início do século XX, como forma de manifestação popular para combater a desigual distribuição de terras, movimentação que levou ao Encontro Nacional dos Trabalhadores sem Terras, que deu origem ao MST, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, 1984, durante o fim da ditadura militar, regime que aprofundou as desigualdades sociais, em seu fim, durante o processo de retomada da democracia no país, seria finalmente factível o levante de movimentos sociais duramente reprimidos nas décadas anteriores.

O MST é um movimento organizado cujo lema é “terra para quem nela trabalha”, e declara seus principais objetivos: a luta pela terra, por reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil.

Este artigo objetiva analisar o desenvolvimento da história brasileira com base em estudos documentais e revisões históricas das políticas fundiárias desde a colonização até os dias atuais, evidenciando o papel do MST como um importante tensionador do sistema vigente na luta pela reforma agrária. Como resultado desse estudo é demonstrado que a concentração fundiária no Brasil não é apenas uma herança colonial, como também um processo instigado e mantido por políticas que favoreceram as elites agrárias que apesar de ser combatido constantemente pelo MST na luta pela reforma agrária, ainda se faz presente como um problema patente no Brasil contemporâneo.

Metodologia

A metodologia utilizada envolveu uma revisão bibliográfica e uma análise histórico-crítica sobre: o funcionamento social e suas particularidades; o desenvolvimento histórico brasileiro; a expansão lusitana em relação ao Brasil; o surgimento e a evolução do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e suas propostas para a reforma agrária universal no Brasil. Também foram examinadas as bases legais da reforma agrária, considerando tanto a Lei Nº 601 de 1850 quanto o Estatuto da Terra de 1964. Com base nessa análise histórico-crítica e utilizando a técnica de estudos de caso, o artigo identificou as especificidades do conflito entre o MST e os latifundiários, permitindo levantar as estratégias de ocupação, produção e implantação dos assentamentos pelo movimento segundo o Estatuto da Terra, bem como as táticas de retaliação adotadas pelos antigos proprietários. Posteriormente, foi apresentada de forma mais detalhada a área do Vale do Paraíba e os impactos sofridos com a atuação do MST.

Discussão

A reforma agrária consiste em uma reorganização das terras no campo. Ou seja, é a divisão de grandes propriedades de terras e distribuição dessas propriedades menores para aqueles que necessitam dela. Existe mais de um tipo de reforma agrária, a reforma estrutural, por exemplo, é aquela que consiste na decisão do Estado por substituir o modelo agrário latifundiário vigente, por um que seja mais igualitário. A distribuição de terras que não cumprem sua função social é outro tipo de reforma agrária, é a que se refere a determinação do Estado pelo cumprimento da função social da terra pelo proprietário desta e caso não cumprida essa terra deve ser redistribuída, modelo este que é adotado no Brasil sendo pressionado pela mobilização do MST (Fernandes, 2010).

No “Estatuto da Terra”, criado em 1964, a reforma agrária no Brasil é determinada como: “O conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição de terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (Artigo 1º, § 1º do *Estatuto da Terra*, Lei nº 4.504/64). Esse mesmo estatuto estabelece a função social que as propriedades rurais de terra devem cumprir no Brasil, como o aproveitamento racional e adequado, a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, a observação das disposições que regulam as relações de trabalho e a exploração que favoreçam o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores, no caso de não cumprimento a Constituição de 1988 prevê um processo de desapropriação para fins de reforma agrária. O responsável por essa redistribuição das terras é o INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, fundado em 1970.

A mobilização do MST se dá por meio de marchas e ocupações, essas que estabelecem os acampamentos do MST. As ocupações só ocorrem quando as propriedades estão em situação irregular, como pelo não cumprimento da função social da terra.

Nessas propriedades se estabelecem as famílias que fazem parte do movimento, que passam a viver e desenvolver agricultura familiar e em forma de cooperativas ali, essa é uma forma de pressionar pela desapropriação da propriedade que está irregular.

Quando o governo reconhece a irregularidade dessa terra e finalmente a desapropria, ela é concedida àqueles que nela trabalham, ou seja, às famílias que estão ali vivendo e produzindo. Ao estágio em que as famílias que vivem nesse acampamento do MST e ganham os direitos sobre a terra, dá-se o nome de assentamento, processo esse que costuma levar anos. O processo de desapropriação e redistribuição dá-se de forma lenta, a tal ponto que em 2017, de acordo com o INCRA, nenhuma família foi assentada. A demanda do MST não é só pela desapropriação de terras irregulares, mas sim por um processo amplo de reforma agrária, como disposto no “Estatuto da Terra” de 1964.

Atualmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra organiza-se em 24 estados por todo o país, é composto por mais de 350 mil famílias, possui mais de 2 mil escolas públicas em seus acampamentos e é responsável pela maior produção de arroz orgânico da América Latina. (MST.ORG, 2015).

Foram diversos os massacres que os integrantes do Movimentos sofreram, como os de Eldorado dos Carajás e de Corumbiara, nos quais pessoas foram friamente executadas por ações estatais a fim de barrar a ação dos acampamentos e assentamentos. Durante o Governo Lula (2003-2011) houve um crescimento do desenvolvimento do agronegócio, o que agravou a situação dos pequenos agricultores assentados e intensificou-se a disputa entre dois modelos de produção agrícola: a pequena agricultura, voltada para consumo interno, e o agronegócio, voltado para exportação por meio da monocultura (Riechelmann, 2006).

Resultados

Nesta seção, serão apresentadas as estratégias de resistência adotadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e as ações coercitivas de dominação dos latifundiários juntamente com a

pressão e manipulação da grande mídia. Em particular, será discutido como a conjunção das esferas política e particular tem impactado nas tomadas de decisão sobre os órgãos públicos e, portanto, nos indivíduos e como a luta pela reforma agrária é universal e não apenas do MST. Este estudo evidencia a lógica capitalista de criminalização dos movimentos sociais em torno do debate entre a propriedade privada e a função social da terra.

Desde sua criação o MST luta pela reforma agrária como forma de combater as desigualdades sociais e a fome, dentro desse contexto a agroecologia converge com as lutas já vistas do MST, aliando a democratização de terras com um projeto de alimentação saudável, somado ao cuidado aos bens comuns da natureza, como a água, a terra, o solo, as sementes e a biodiversidade.

A partir desse entendimento e do acúmulo de diversos debates e práticas nos assentamentos, o MST lançou o plano nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”, objetivando plantar 100 milhões de árvores em 10 anos, a partir dos Sistemas Agroflorestais. Sistemas esses que são baseados nos princípios da agroecologia, que unem a produção de alimentos e de outros recursos vegetais, como a madeira, através do consórcio, no mesmo espaço, de cultivos de hortaliças e frutas e arbóreos (Engelmann, 2022).

Em 30 unidades de Sistemas Agroflorestais (SAF), implantados em 5 assentamentos, foram produzidas 6 toneladas de alimentos orgânicos por mês, entre frutas e hortaliças. Os alimentos produzidos nas agroflorestas são comercializados em feiras, para o mercado institucional, como o PNAE (Plano Nacional de Alimentação Escolar) e PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e por meio dos Grupos de Consumo das Cestas Agroecológicas, onde existe uma troca entre os consumidores e agricultores, onde nessa dinâmica se torna possível para as pessoas assumir ativamente sua responsabilidade na dinâmica das relações sociais que acontecem desde a produção até o consumo final (MST.ORG, 2020).

Essas ações reafirmam o compromisso do MST por um projeto político de vida para o campo e a cidade. O compromisso de produzir alimentos saudáveis, na perspectiva de proteção ambiental, de forma acessível à população e gerando renda, qualidade de vida e soberania alimentar aos trabalhadores rurais sem terra.

Os objetivos do MST quanto à melhora na qualidade de vida das pessoas não se limitam à questão da soberania alimentar, assim como também à garantia da educação popular. Em Maricá foi aplicado um método chamado “Sim, Eu Posso!” que tenta combater o analfabetismo, já foi usado em mais de 30 países e agora está sendo usado no interior do Brasil. Combater o analfabetismo não é apenas a apropriação do código de leitura e da escrita, é a quebra com a lógica do sistema que inferiu à pessoa a situação em que ela não teve a possibilidade de aprender (Engelmann, 2022).

Nos últimos anos, os Sem Terra aprofundaram o debate em torno da questão agrária e das estratégias de ação, debatendo o caráter popular da luta pela Reforma Agrária. Destacaram que a reforma não é uma necessidade e interesse apenas dos Sem Terra, do MST ou da Via Campesina, mas uma necessidade de toda a sociedade brasileira, em especial dos 80% da população que vive de seu próprio trabalho, a classe trabalhadora, a qual tem interesse em um novo modelo de organização da economia, com renda e emprego para todos.

Os Sem Terra defendem uma Reforma Agrária que deve começar com a democratização da propriedade da terra, com base num novo programa agrário que seria apoiado na produção agrícola e uma nova estruturação da organização e dispersão da produção de alimentos saudáveis para o mercado interno, combinada com um modelo econômico que distribuiria renda respeitando o meio ambiente. Buscam uma Reforma Agrária que fixe as pessoas no meio rural, que desenvolva agroindústrias, combatendo o êxodo do campo, e que garanta condições de vida dignas para o povo.

O MST considera a terra como um bem comum e combate a ideia de que bens comuns se tornem mercadoria ou sejam privatizados por grupos privados, empresas, políticos e governos a serviço do lucro. A luta pela reforma agrária tem sofrido vários ataques desde 2016, agravadas pelo governo Bolsonaro que aprofundou o desmonte das políticas agrárias e de incentivos à agricultura familiar,

suspendeu a demarcação de terras indígenas e quilombolas e destruiu as políticas de fiscalização ambiental. (Alcântara, 2021)

Criado em fevereiro de 2021 pelo governo Bolsonaro, o programa Titula Brasil municipalizou as atribuições de titulação e regularização fundiária que antes eram do Ministério da Agricultura e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), onde o poder de pressão dos latifundiários, das empresas e parlamentares ligados ao agronegócio é maior do que na esfera federal. Essa troca de instâncias facilitou a grilagem e o assédio às famílias assentadas pelos grupos supracitados e pelo próprio Incra para que aceitassem a titulação privada da terra, conquistada de forma coletiva, por meio do Título de Domínio, pois através da coerção aos titulados seria possibilitada a apropriação das terras, outrora, públicas, tirando dos assentados o próprio direito à terra, colocando-as então à disposição do mercado (MST.ORG, 2015).

Titula Brasil é o retorno à privatização das terras no Brasil. O Título de Domínio descaracteriza o processo de Reforma Agrária e torna essas terras, que seriam assentamentos, em pequenos produtores privados, perdendo os direitos conquistados para as áreas de assentamentos como o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o crédito moradia e o Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária).

Desde 1998 o MST discute o processo de titulação, documento esse proposto na Constituição Federal de 1988, no qual está previsto no artigo 189 a titulação definitiva da área por uma Concessão de Uso ou Título de Domínio. Esse debate se aprofundou desde 2014, foi se agravando com os desmontes das políticas de Reforma Agrária articulados durante o governo Bolsonaro e chegou ao seu ápice depois do Titula Brasil, lançado em 2021.

O Movimento defende o CDRU, Concessão de Direito Real de Uso, titulação essa que legitima definitivamente a posse das terras, assegura juridicamente a posse regulamentada e os benefícios associados à reforma agrária, sendo esses: a posse da terra assegurada e herança da mesma, permitindo a permanência do direito à terra para as próximas gerações ou até mesmo para outra família nas mesmas condições em relação à Reforma Agrária. O acesso aos créditos e outros direitos e benefícios.

A insistência violenta infligida pelos latifundiários para forçar a escolha dos assentados pelo Título de Domínio, deixou muitas famílias sem os benefícios relacionados à Reforma Agrária. Para evitar a privatização de assentamentos fruto de anos de luta das famílias Sem Terra, o MST fomenta debates e oferece material informativo reafirmando a opção pelo CDRU. Instigam a ocupação dos espaços estruturais para a disseminação do conhecimento da luta coletiva pela reforma agrária.

No Vale do Paraíba o MST tem assentamentos em Taubaté, Lagoinha, Tremembé, Paraibuna e São José dos Campos. Em 1998, depois de um ano de peregrinação pelo Vale do Paraíba, o movimento já se encontrava parcialmente instalado na fazenda Santa Rita, em 17 de fevereiro de 2000 foi assinado o decreto de desapropriação da fazenda, mas a imissão de posse é somente efetuada em 14 de setembro de 2001, concluída então em 5 de novembro de 2001, quando é finalmente concluída a tramitação legal em relação a posse e destinação das terras, originando então o assentamento Nova Esperança 1. O território estava irregular e os trabalhadores que ali se estabeleceram exigiram a aplicação da função social da terra para fins de reforma agrária, que num processo de mais de 20 anos organizou-se no MST de São José dos Campos atual (Riechelmann, 2022).

Hoje em dia mais de 450 mil famílias estão assentadas graças ao MST, organizados em 24 estados espalhados por todo o país (MST.ORG, 2022). Com essa dimensão nacional as famílias assentadas organizam-se numa estrutura participativa e democrática na decisão do futuro político-social do Movimento, enquanto dentro dos assentamentos se organizam em núcleos e discutem as necessidades específicas de cada área. Mesmo depois de assentadas as famílias não abandonam o MST, permanecem ligadas ao Movimento na luta pelos direitos básicos ligados ao terreno que não tem benfeitorias, desenvolvem então infraestrutura, saneamento básico, energia elétrica e acesso a cultura e lazer.

Conclusão

Em suma, a movimentação do MST em busca da requalificação dos latifúndios privatizados em prol da aplicação da função social da terra, determinada no estatuto da terra em 1964, é fundamental no tensionamento da lógica capitalista vigente forçando o funcionamento de uma ferramenta prevista em lei. A luta do MST é indispensável para a organização da classe trabalhadora na conquista pela reforma agrária, para que mesmo com as retaliações sofridas contra as famílias sem terra estas consigam alcançar autonomia, independência financeira, qualidade de vida, soberania alimentar e ultrapassar as barreiras do analfabetismo imposto pela lógica do sistema vigente.

Referências

ALCÂNTARA, F. (ED.). Titulação de Bolsonaro deixou famílias assentadas sem-terra novamente. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, 30 set. 2021.

BRANCO, H. Estatuto da terra. , 30 nov. 1964. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4504-30-novembro-1964-377628-publicacaooriginal-67105-pl.html>>. Acesso em: 21 fev. 2024

ENGELMANN, S. (ED.). Lançamento de Mobilizadores Locais da Jornada de Alfabetização “Sim, Eu Posso!”, em Maricá (RJ). *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, 24 out. 2022.

FERNANDES, B. et al. O MST e a reforma agrária no Brasil. [s.l.] Editora Unesp, 2010.

HABSBURGO, P. 601. Lei de Terras. 18 se t. 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm

MST.ORG. A Reforma Agrária Popular. , [s.d.]. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-historia/hoje/>>. Acesso em: 29 out. 2022

MST.ORG (ED.). Artigo | MST e a produção de alimentos saudáveis nas agroflorestas. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, 11 set. 2020. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/09/11/artigo-mst-e-a-producao-de-alimentos-saudaveis-nas-agroflorestas/>>

MST.ORG. Quem Somos. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, 2015 [s.d.].

RIEHELMANN, C. Reurbanização, desenvolvimento e vida: o caso do assentamento Nova Esperança I, do MST, em macrozona de expansão urbana de São José dos Campos perspectivas para o planejamento urbano e regional. Dissertação de de Pós-Graduação—Universidade do Vale do Paraíba Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento: [s.n.]. Disponível em: <https://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/wp-content/uploads/2022/07/00000185.pdf>

SORIANO, R. (ED.). MST conquista latifúndio para assentamento no Vale do Paraíba paulista. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, 18 abr. 2018.

WESTIN, R. Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios#:~:text=No%20Segundo%20Reinado%2C%20o%20Brasil,e%20n%C3%A3o%20em%20pequenas%20propriedades>>.